

FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA (FRJ)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 2023/2022

Florianópolis/SC

PRESIDÊNCIA

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

CORREGEDORIA

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA

Desembargador Rubens Schulz

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

Alexsandro Postali

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Eduardo Cardoso Silva

DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Ellen White Baiense Concenço

EQUIPE TÉCNICA

Ellen White Baiense Concenço

Mara Beatriz Guarda Lara

SUMÁRIO

- 1. Contexto Operacional**
- 2. Políticas Contábeis**
- 3. Demonstrações Contábeis e Informações Relevantes**
 - 3.1. Balanço Patrimonial**
 - 3.1.1. Ativo Circulante e Não Circulante**
 - 3.1.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa**
 - 3.1.1.2. Estoques**
 - 3.1.1.3. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente**
 - 3.1.1.4. Imobilizado**
 - 3.1.1.5. Intangível**
 - 3.1.2. Passivo Circulante e Não Circulante**
 - 3.1.2.1. Transferências Fiscais a Curto Prazo**
 - 3.1.2.2. Valores Restituíveis**
 - 3.1.3. Patrimônio Líquido**
 - 3.2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**
 - 3.2.1. Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)**
 - 3.2.2. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)**
 - 3.3. Balanço Financeiro**
 - 3.3.1. Ingressos**
 - 3.3.2. Dispêndios**
 - 3.4. Balanço Orçamentário**
 - 3.4.1. Receitas Orçamentárias**
 - 3.4.2. Despesas Orçamentárias**
 - 3.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- 4. Práticas de Conformidade de Gestão e Contábil**
- 5. Regularidade de Inventário**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ), cadastrado no CNPJ sob o nº 12.300.939/0001-50, foi criado pela Lei n. 8.067, de 17 de setembro de 1990, e alterado pelas Leis n. 8.362, de 10 de outubro de 1991, 807, de 21 de dezembro de 2022 e Resolução CM n. 2, de 13 de março de 2023.

É constituído por recursos do orçamento público do Estado, principalmente das receitas dos cartórios extrajudiciais oficializados, das receitas de custas judiciais e extrajudiciais, das doações, legados e contribuições, dos recursos transferidos por entidades públicas ou créditos adicionais, da remuneração oriunda da aplicação financeira e de outros recursos que lhe forem transferidos.

Tem por finalidade o fortalecimento dos recursos financeiros, destinados ao reequipamento físico e tecnológico do Poder Judiciário, Ministério Público, Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, remunerar a assistência judiciária gratuita (AJG) e estabelecimentos destinados a atender políticas de proteção dos direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo, na:

- Elaboração e execução de planos, programas e projetos;
- Construção, ampliação e reforma de prédios;
- Aquisição de equipamentos, veículos utilitários e outros materiais;
- Implementação dos serviços de informática;
- Manutenção e conservação de edificações e no pagamento das demais despesas de custeio;
- Implementação da sistemática de aquisição e controle do selo de fiscalização, instituído pela Lei Complementar nº 175, de 28 de dezembro de 1998;
- Contratação de estagiários para atuarem junto ao poder judiciário, ao ministério público, nas unidades prisionais e nos estabelecimentos destinados a atendimento da política de proteção aos direitos da criança e do adolescente;
- Capacitação de recursos humanos.
- Pagamento de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pagamento do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

O FRJ possui um Conselho de Administração, composto por cinco membros nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, no qual participam também um representante da OAB e um do Ministério Público.

A competência do Conselho é:

- Fixar as diretrizes operacionais do FRJ;
- Baixar normas e instruções complementares disciplinares da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- Propor o plano de aplicação do FRJ;
- Decidir sobre a aplicação dos recursos financeiros do FRJ, respeitadas as propostas do Poder Judiciário e do Ministério Público;
- Examinar e aprovar as contas do Fundo, ouvido o controle interno do Poder Judiciário;
- Designar, coordenar, delegando-lhe competência para a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo;
- Promover por todos os meios o desenvolvimento do FRJ, e gestionar para que sejam atingidas suas finalidades;
- Apresentar, anualmente, relatórios de suas atividades ao Presidente do Tribunal de Justiça, que o submeterá à apreciação do Egrégio Tribunal Pleno;
- Exercer as demais atribuições indispensáveis à supervisão superior e gestão do FRJ.

O Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ) integra o sistema de controle e fiscalização dos atos ou serviços notariais e de registro, sendo cobrado um valor denominado “taxa do FRJ”, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia na fiscalização da atividade extrajudicial e incidirá no momento da prática do ato ou serviço notarial e de registro. Sobre o valor dos emolumentos são acrescentados 22,73%, os quais serão recolhidos ao FRJ, mensalmente, de forma cumulativa.

Além de outros mecanismos de fiscalização, é realizada auditoria do recolhimento da referida taxa, mediante confronto da apuração da taxa do FRJ com o saldo total escriturado no Livro Diário Auxiliar de Registro da Receita e da Despesa previsto no Provimento n. 45, de 13 de maio de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

2 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As DCASP foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis à contabilidade pública, sobretudo, Lei 4.320/64, Lei Complementar Federal 101/2000, Instrução Normativa TC 020/2015 e orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Os demonstrativos contábeis quantitativos foram elaborados a partir de informações constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e são compostas pelos seguintes relatórios:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea a, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo CFC (Resolução CFC nº 1.330/2011), combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

As disponibilidades e os créditos e obrigações estão mensuradas pelo valor original. Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição. Para mensurar as saídas, é utilizado o método do custo médio ponderado.

Os materiais e bens móveis, imóveis e intangíveis adquiridos, construídos ou desenvolvidos pelo FRJ são transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça ao final de cada período mensal, conforme disposto na Lei 8.067/1990.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

As demonstrações contábeis são elaboradas com base na Lei 4.320/64, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na Instrução Normativa TC 020/2015.

A contabilidade do FRJ é realizada através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que tem por finalidade realizar o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil, consolidando as informações de todas unidades gestoras que compõem o orçamento público estadual. Os dados da execução orçamentária do FRJ são processados pelo sistema ERP e transferidos por integração para o SIGEF.

As demonstrações contábeis foram extraídas diretamente do SIGEF e acrescentadas as notas explicativas necessárias para agregar maiores esclarecimentos aos usuários da informação contábil.

É importante considerar que, as notas explicativas compõem a Prestação de Contas Anual (PCA) e consistem em informações adicionais às Demonstrações Contábeis Aplicáveis ao Setor Público (DCASP). O objetivo é facilitar sua compreensão, considerando os mais diversos usuários. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estejam inseridas nas DCASP. Este demonstrativo contribui para a melhoria da *accountability* e transparência das contas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) e instrumentalização do controle por parte dos gestores e da sociedade em geral.

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

É a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, através de contas representativas do patrimônio público, compensação, financeiras e permanentes. O quadro 1 demonstra a situação patrimonial.

ESPECIFICAÇÕES	2023	2022
ATIVO	1.179.399.685,55	916.777.871,27
Ativo Circulante	1.090.863.403,40	872.751.550,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.071.384.204,91	858.892.108,83
Dívida Ativa Tributária	766.213,41	1.750.175,00
Dívida Ativa Não Tributária	676.550,59	698.044,00
Adiantamentos Concedidos	1.760,00	1.760,00
Estoques	-	2.095,62
VPD Pagas Antecipadamente	18.034.674,49	11.407.366,90
Prêmios de Seguros a Apropriar	104.658,74	300.653,50
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	17.930.015,75	11.106.713,40
Ativo Não Circulante	88.536.282,15	44.026.320,92
Créditos a Longo Prazo	1.710.784,78	951.091,54
Imobilizado	86.825.497,37	43.075.229,38
Bens Imóveis	86.825.497,37	43.075.229,38
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.179.399.685,55	916.777.871,27
Passivo Circulante	60.713.491,07	54.550.408,90
Transferências Fiscais a Curto Prazo	12.197.352,39	10.713.708,73
Valores Restituíveis	48.516.138,68	43.836.700,17
Patrimônio Líquido	1.118.686.194,48	862.227.462,37
Resultados Acumulados	1.118.686.194,48	862.227.462,37

Quadro 1: Balanço Patrimonial

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, conforme se demonstra no quadro 2.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO		
Ativo Financeiro	1.071.384.204,91	858.892.108,83
Ativo Permanente	108.015.480,64	57.885.762,44
Total Ativo (I)	1.179.399.685,55	916.777.871,27
PASSIVO		
Passivo Financeiro	129.297.616,32	95.886.549,20
Passivo Permanente	-	-
Total Passivo (II)	129.297.616,32	95.886.549,20
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	1.050.102.069,23	820.891.322,07

Quadro 2: Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Os atos potenciais são compromissos assumidos com terceiros, que irão impactar resultados futuros. São registrados em contas de compensação e estão demonstrados no quadro 3.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
Obrigações Contratuais	481.570.639,78	410.671.274,45
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	481.570.639,78	410.671.274,45

Quadro 3: Quadro das Contas de Compensação

Acompanha também o balanço patrimonial o quadro do superávit/déficit financeiro por fonte de recursos. Os saldos apurados decorrem da diferença entre o ativo e o passivo financeiro e estão demonstrados no quadro 4.

FONTE DE RECURSOS	2023	2022
1.500.100.000	158.804,68	-
1.501.101.000	2.309,33	-
1.501.269.000	7.907.196,48	-
1.753.219.000	113.801.403,71	119.589.203,06
1.759.269.000	2.425.693,39	99.532.138,08
1.760.212.000	3.447.443,22	2.787.178,62
1.760.219.000	129.854.334,58	-
1.760.282.000	72.501.985,94	71.632.669,58
1.799.269.000	1.709,51	-
2.759.269.000	130.618.435,27	31.086.297,19
2.760.219.000	385.155.200,29	412.768.473,05
2.760.282.000	96.212.072,19	25.609.600,05
TOTAL	942.086.588,59	763.005.559,63

Quadro 4: Quadro do Superávit e Déficit Financeiro

3.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante

Esses grupos de contas formam a origem dos recursos utilizados nas atividades da instituição, apresentando os bens e direitos que se realizarão a curto e longo prazo.

3.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta as disponibilidades financeiras, incluindo os valores depositados em contas correntes e os investimentos de liquidez imediata, conforme se demonstra no quadro 5.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
FRJ-SC Conta Movimento	1.026.816.540,74	807.918.738,38
Depósitos do Selo de Fiscalização - Cta 36000-7	-	10.172.370,78
Depósitos de Conduções do Oficialato da Justiça	44.567.664,17	40.800.999,67
TOTAL	1.071.384.204,91	858.892.108,83

Quadro 5: Demonstrativo de Disponibilidades Bancárias

O quadro 6 evidencia a composição da conta Caixa e Equivalentes de Caixa por domicílio bancário e fonte de recursos.

Domicílio Bancário	Fonte Recursos	2023	2022
001 035823 0000350001	1.500.100.000	158.804,68	-
001 035823 0000350001	1.501.101.000	2.309,33	-
001 035823 0000350001	1.501.269.000	7.957.541,24	-
001 035823 0000350001	1.753.219.015	113.801.403,71	-
001 035823 0000350001	1.759.269.000	2.425.693,39	110.206.963,30
001 035823 0000350001	1.760.212.000	3.447.443,22	-
001 035823 0000360007	1.760.212.000	-	9.142.116,86
001 035823 0000350001	1.760.219.025	190.324.626,97	152.092.391,49
001 035823 0000350001	1.760.219.085	-	597.864,80
001 035823 0000350001	1.760.282.062	78.826.098,82	72.139.204,42
001 035823 0000350001	1.760.282.063	7,85	-
001 035823 0000360007	1.760.282.063	-	1.030.197,44
001 035823 0000350001	1.799.269.000	1.709,51	-
001 035823 0000350001	2.759.269.000	130.618.435,27	31.086.297,19
001 035823 0000350001	2.760.219.025	239.948.340,65	216.638.219,63
001 035823 0000350001	2.760.219.085	23.858.733,57	-
001 035823 0000350001	2.760.219.085	-	45.751.906,49
001 035823 0000350001	2.760.219.097	135.284.957,05	150.760.646,99
001 035823 0000350001	2.760.282.062	96.212.072,19	25.609.600,05
001 035823 0000350001	1.869.999.000	15.973,45	-
001 035823 0000350001	1.862.999.000	3.932.389,84	3.035.644,02
001 035823 0000780006	1.862.999.000	44.567.664,17	40.800.999,67
001 035823 0000360007	1.862.999.000	-	56,48
Total		1.071.384.204,91	858.892.108,83

Quadro 6: Demonstrativo das Disponibilidades Bancárias por DB e FR

Destaca-se que o saldo das fontes 1.760.212.000 e 1.760.282.063 é destinado a custear os gastos dos cartórios de atos e serviços notariais e de registro. No exercício 2022, esses valores eram mantidos em conta bancária específica (36000-7). Em 2023, essa conta foi encerrada e os recursos transferidos para a conta 35000-1. O controle ocorre através das fontes de recursos. No quadro 7, demonstra-se o fluxo da movimentação financeira dessas fontes de recursos.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
1 SALDO INICIAL	10.172.370,78	11.703.516,28
2 Ingressos	59.388.935,08	61.123.180,61
2.1 Custas Extrajudiciais do Selo de Fiscalização	59.075.730,85	59.504.934,68
2.2 Rendimentos de aplicações Financeiras	289.090,18	1.145.477,44
2.3 Devolução de ressarcimento de atos gratuitos	9.486,39	75,00
2.4 Devolução de adiantamentos	14.627,66	472.693,49
3 Desembolsos	66.113.854,79	62.654.326,11
3.1 Devolução de valores	6.076,92	16.267,76
3.3 Ressarcimentos de atos isentos	55.873.092,96	47.827.765,26
3.4 Ajuda de custo às serventias	8.779.565,09	6.466.865,52
3.5 Gastos com pessoal	864.155,70	7.726.216,64
3.6 PASEP	590.964,12	617.210,93
4 SALDO DO PERÍODO	-6.724.919,71	- 1.531.145,50
5 SALDO FINAL	3.447.451,07	10.172.370,78

Quadro 7: Fluxo de Caixa dos Recursos Destinados aos Cartórios Extrajudiciais

O saldo da conta 78000-6 é registrado na fonte de recursos 1.862.999.000 e se destina a custear as conduções do oficialato da justiça.

Todas as operações do FRJ são realizadas através da conta 35.000-1, inclusive as movimentações da Assistência Judiciária Gratuita (AJG).

3.1.1.2 Estoques

Os materiais e bens são adquiridos e automaticamente contabilizados no ativo imobilizado, devido à política contábil adotada pela Secretaria de Estado da Fazenda. No entanto, a Lei 8.067, de 17 de setembro de 1990, determina que “Art. 6º Os bens adquiridos pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ serão incorporados, conforme a destinação, ao patrimônio do Poder Judiciário, do Ministério Público ou do Poder Executivo estadual.”

Desse modo, são repassados todos os materiais e bens adquiridos com recursos do FRJ para o Tribunal de Justiça. Como a política do Judiciário é manter estoques desses itens, o registro ocorre entre contas de estoques das unidades gestoras do FRJ e do TJC. Portanto, o saldo nas contas de estoques do FRJ é temporário.

3.1.1.3 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

A conta VPD Pagas Antecipadamente apresenta, além da conta Prêmios e Seguros a Apropriar, a conta Assinaturas e Anuidades a Apropriar. Nessa conta, estão registrados valores decorrentes de adiantamentos a fornecedores, cujo detalhamento está demonstrado no quadro 8.

ESPECIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	VALOR
Manutenção de software	Teltec Solutions LTDA	2.634.895,00
Manutenção de software	Compwire Informática	1.211.562,64
Manutenção de software	Freenet Informática Ltda	142.975,00
Manutenção de software	Teltec Solutions LTDA	15.254,00
Licença de software	Brasoftware Informática LTDA	12.972.032,24
Licença de software	Tecnetworking Serviços	452.577,74
Licença de software	AX4B Sistemas de Informatica LTDA	252.827,50
Licença de software	Diversos Fornecedores	169.921,12
Assinaturas de informativos e jornais	Diversos Fornecedores	77.970,51
TOTAL		17.930.015,75

Quadro 8: Despesas Pagas a Apropriar

Cabe destacar que, no momento da liquidação das despesas, os gastos são contabilizados como variações patrimoniais diminutivas e, posteriormente, após verificação da conformidade, é feita a transferência para o ativo circulante, mantendo-se como direitos a amortizar, de acordo com a competência da despesa e a verificação do cumprimento da obrigação pelo fornecedor.

3.1.1.4 Imobilizado

Nessa conta estão contabilizados valores decorrentes de edificações em construção, conforme se demonstra no quadro 9.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Obras em Andamento de Bens de Uso Especial/Dominicais	83.290.223,08
Estudos e Projetos	3.371.497,85
Instalações	163.776,44
TOTAL	86.825.497,37

Quadro 9: Detalhamento do Imobilizado

Em atendimento ao art. 6 da Lei 8.067/1990, após a conclusão das obras, as edificações são transferidas para a unidade gestora do Tribunal de Justiça.

O quadro 10 apresenta o detalhamento do imobilizado por unidade judiciária.

Comarca/Unidade	Valor	Comarca/Unidade	Valor
Abelardo Luz	798.182,87	Jaraguá do Sul	20.070,00
Almoxarifado	12.750,00	Joinville	2.165.884,75
Araquari	2.054.699,69	Lages	4.566.892,53
Araranguá	16.774,00	Lebon Regis	607.587,26
Armazém	3.340,00	Modelo	2.940,00
Balneário Camboriú	541.198,44	Mondaí	3.528.349,29
Bal. Camboriú - Vara Família	1.962.914,07	Norte da Ilha - Canasvieiras	9.807,94
Biguaçu	653,14	Palácio da Justiça - Torres I, II	17.000,00
Blumenau	5.621.674,23	Palmitos	68.093,05
Blumenau-Protocolo/Furb	13.654,50	Ponte Serrada	3.140,00
Brusque	108.879,57	Porto Belo	2.100,00
Caçador	922.939,94	Porto União	53.439,87
Campo Erê	1.946.287,69	Presidente Getúlio	136.806,13
Campos Novos	286.793,88	Rio do Oeste	22.455,37
Capital - Eduardo Luz	105.130,00	Rio Negrinho	290.777,79
Coronel Freitas	2.540,00	Santa Rosa do Sul	128.641,81
Criciúma	3.000,00	Santo Amaro da Imperatriz	42.800,00
Curitibanos	188.421,05	São João Batista	8.560,60
Garopaba	69.545,01	São José do cedro	99.685,47
Garuva	5.491.861,97	São Lourenço do Oeste	5.878.860,67
Herval D'Oeste	12.503.891,64	Sombrio	201.237,73
Imbituba	14.758.003,54	Taió	144.232,70
Itajaí	3.000,00	Tangará	3.840,00
Itapoá	27.427,15	Timbó	21.260.975,25
Jaguaruna	2.900,00	Urussanga	114.856,78
Total Geral		86.825.497,37	

Quadro 10: Detalhamento do Imobilizado por Comarca

Cumprir informar a existência de obras em andamento que já se encontram concluídas e contabilizadas e, portanto, deveriam estar registradas no patrimônio. Ocorre que, é prática da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) solicitar o empenhamento dos gastos globais da edificação como obra de construção civil. Porém, além da obra, há instalações e mobiliário, os quais são identificados pela DEA após o recebimento definitivo da edificação e informados, através de

processo administrativo, os valores de cada tipo de bem para o adequado registro patrimonial e contábil. Em 31 de dezembro de 2023, existiam 13 processos aguardando as informações da DEA. Essas obras já se encontram contabilizadas como edificação, mas, não patrimoniadas.

3.1.1.5 Intangível

No intangível são registrados softwares adquiridos e desenvolvidos e, ao final de cada mês, transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça.

3.1.2 Passivo Circulante e Não Circulante

Esses grupos de contas formam a origem dos recursos utilizados nas atividades da instituição, apresentando os bens e direitos que se realizarão a curto e longo prazo. Porém, o FRJ não possui obrigações de longo prazo.

3.1.2.1 Transferências Fiscais a Curto Prazo

Nessa conta estão registradas obrigações com vencimento a curto prazo, as quais decorrem da arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais a serem repassadas a outros órgãos, conforme determinação legal. O quadro 11 apresenta a especificação da destinação de tais recursos.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAP. DO MIN. PÚBLICO	6.355.776,31
FUNDO PENITENCIÁRIO DE SANTA CATARINA	5.841.576,08
TOTAL	12.197.352,39

Quadro 11: Detalhamento das obrigações a curto prazo

3.1.2.2 Valores Restituíveis

São compostos por recursos de terceiros, os quais deverão ser devolvidos a qualquer tempo. Por isso, seu registro é no grupo de contas de curto prazo. O quadro 12 apresenta a composição dessa conta.

Especificação	2023	2022
Custas de Condução do Oficialato	44.567.664,17	40.800.999,67
Outros Consignatários	111,22	-
Multa Penal FUNAD	605.995,35	590.422,41
Multa Penal FUNAD	37.800,37	-
Multa Penal FUNPEM	424.370,31	-
Pagamentos Rejeitados pelo Banco	267.854,47	259.662,09
Depósitos de Terceiros SAJ/EPROC	57.991,48	16.153,07
Depósitos Diversos	2.554.351,31	2.169.462,93
Total	48.516.138,68	43.836.700,17

Quadro 12: Valores Restituíveis

O saldo mais representativo se refere a custas de condução do oficialato da justiça. Esses recursos aguardam nessa conta o cumprimento do mandado judicial, quando a unidade judicial emite aviso de pagamento e o valor é transferido para o oficial de justiça.

Constam ainda nessa conta valores oriundos da arrecadação de multas penais destinadas ao FUNPEN e FUNAD, sendo os recursos transferidos mensalmente aos referidos fundos.

3.1.3 Patrimônio Líquido

Nesse grupo de contas são contabilizados ajustes referentes a exercícios anteriores, conforme se demonstra no quadro 13, os quais foram deduzidos dos resultados acumulados.

ESPECIFICAÇÃO	Valor
Valor reclassificação entre contas, 2022NE355 (R\$ 3.500,00 - Comarca de Joinville) e 2022NE294 (R\$ 3.800,00 - Fórum Fazendário de Joinville), fornecedor Capital Topografia, referente serviço levantamento topográfico para retificação e unificação de matrícula, empenhado e liquidado o elemento de despesa incorreto 44.90.51.80. SEI: 37487-33.2021; 37487-33.2021 e 41203-68.2021.8.24.0710.	- 7.300,00
Valor reclassificação entre contas, 2022NE3285, NF 332 - Comarca de Garopaba, fornecedor B4 Engenharia, referente construção de duas vagas de estacionamento no passeio público, empenhado e liquidado no elemento de despesa incorreto 44.90.51.94. SEI: 33059-71.2022.8.24.0710.	- 29.840,00
Transferência entre contas, 2020NE745, referente a deslocamento para visita técnica para fornecimento de contêiner ao Fórum de Araquari não realizado. SEI: 1901-66.2020.8.24.0710.	- 2.095,62
Total	- 39.235,62

Quadro 13: Ajuste de Exercícios Anteriores

Após os ajustes, o Patrimônio Líquido apresentou resultados acumulados, até 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 1.118.686.194,48, enquanto, no exercício anterior, esse saldo era de R\$ 862.227.462,37, evidenciando um acréscimo de 30%.

3.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Este demonstrativo é similar à Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) empresarial, porém, substitui o lucro pelo resultado patrimonial, como indicador de desempenho. As alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária são evidenciadas, pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). No quadro 14, apresenta-se a DVP referente aos dois últimos exercícios.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	1.257.852.967,63	938.370.648,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	729.131.895,21	541.686.600,03
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	28.685.703,23	148.460.187,53
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	123.479.142,07	80.686.027,55
Transferências Intragovernamentais Recebidas	30.472.205,71	4.043.163,72
Ganhos com Incorporação de Ativos	30.674.007,36	38.064.856,97
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas (Dív. Ativa)	166.985.920,53	1.457.169,12
Multas Administrativas	2.117.850,02	1.553.363,67
Indenizações e Restituições	4.606.522,14	3.658.799,28
Variações Patrim. Aumentativas Fatos Geradores Diversos	141.699.721,36	118.760.480,72
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	1.001.354.999,90	626.708.267,42
Pessoal e Encargos	5.085.213,22	6.951.997,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	340.793.215,15	220.395.381,44
Juros e Encargos de Mora	9.190,73	2.203,06
Transferências Intragovernamentais Concedidas	161.060.176,91	130.449.643,72
Outras Transferências Concedidas	48.825.802,58	30.240.849,06
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	199.531.183,64	40.358.469,29
Despesas Tributárias	14.340.518,63	9.973.992,15
Premiações	-	17.625,00
Variações Patrim. Diminutivas de Fatos Geradores Diversos	231.709.699,04	188.318.106,34
Resultado Patrimonial do Período	256.497.967,73	311.662.381,17

Quadro 14: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Este demonstrativo possibilita a análise das políticas adotadas, de modo a identificar as alterações no patrimônio público, tendo em vista o atendimento às demandas da sociedade. Portanto, considerando que o reaparelhamento da justiça é a atividade essencial do FRJ, o maior investimento dos recursos ocorre em bens, serviços e consumo de materiais, além de repasses a outros órgãos de parte da receita, conforme determinação legal.

3.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) têm origem nas contas de classe 4, cujas especificações são detalhadas no balancete de verificação.

Considerando-se o exercício anterior, verifica-se um aumento de 34% nas VPA. As variações tributárias são as mais expressivas, respondendo por 58% das VPA totais. O detalhamento está demonstrado no quadro 15.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Emolumentos e Custas Judiciais	368.850.069,25	306.588.821,78
Taxa Extrajudicial	179.812.604,86	175.558.921,55
Taxa Extrajudicial Destinada a Atos e Serviços Notariais	59.075.730,85	59.538.856,70
Taxa de Serviços Extrajudiciais Vagos	121.393.490,25	-
Total	729.131.895,21	541.686.600,03

Quadro 15: Detalhamento das VPA Tributárias

Destaca-se uma alteração na contabilização da taxa de serviços extrajudiciais vagos, que anteriormente era classificada em outras receitas e, em abril de 2023, foi enquadrada como tributária.

Em abril de 2023, entrou em vigor a Lei Complementar 807/2022, que implantou a taxa do FRJ, denominada contabilmente de taxa de serviços extrajudiciais, alterando a forma de arrecadação das custas extrajudiciais e também o modo de repartição. De acordo com o art. 2, a receita do FRJ originária dos atos e serviços notariais e registrais tem a destinação prevista no quadro 16.

DESTINAÇÃO	PERC. REPARTIÇÃO
Fundo Penitenciário de Santa Catarina - FUPESC	24,42%
Fundo de Reap. e Modernização do Min. Público - FERMP	4,88%
Atos e Serviços Notariais	26,73%
Assistência Judiciária Gratuita - AJG	24,42%
Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ	19,55%
Total	100,00%

Quadro 16: Repartição da Taxa de Serviços Extrajudiciais

O gráfico 1 demonstra a repartição da taxa do FRJ prevista na LCE n. 807/2022.

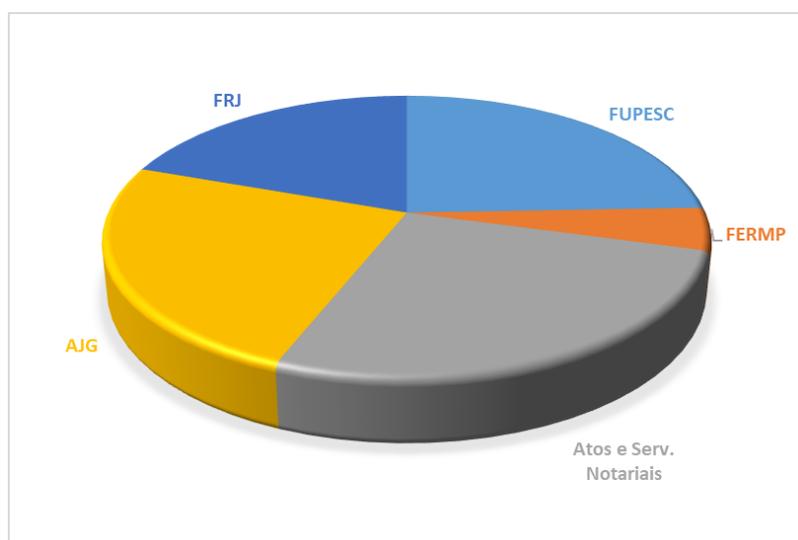


Gráfico 1: Repartição da Taxa de Serviços Extrajudiciais

Destaca-se que a parcela destinada a honorários advocatícios e periciais da assistência judiciária gratuita (AJG) representa o limite máximo de gastos, não ocorrendo o registro individualizado da receita para essa finalidade.

Além da participação na taxa do FRJ, ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público receberá são repassados mensalmente 20% da receita oriunda da arrecadação da taxa de serviços judiciais prevista na Lei n. 17.654/2018.

O gráfico 2 evidencia a arrecadação das custas extrajudiciais nos dois últimos exercícios, destacando-se que a queda da arrecadação verificada em abril/2023 é o momento de implantação da taxa do FRJ prevista na Lei 807/2022, haja vista que o recolhimento é efetuado no mês subsequente à cobrança dos atos.

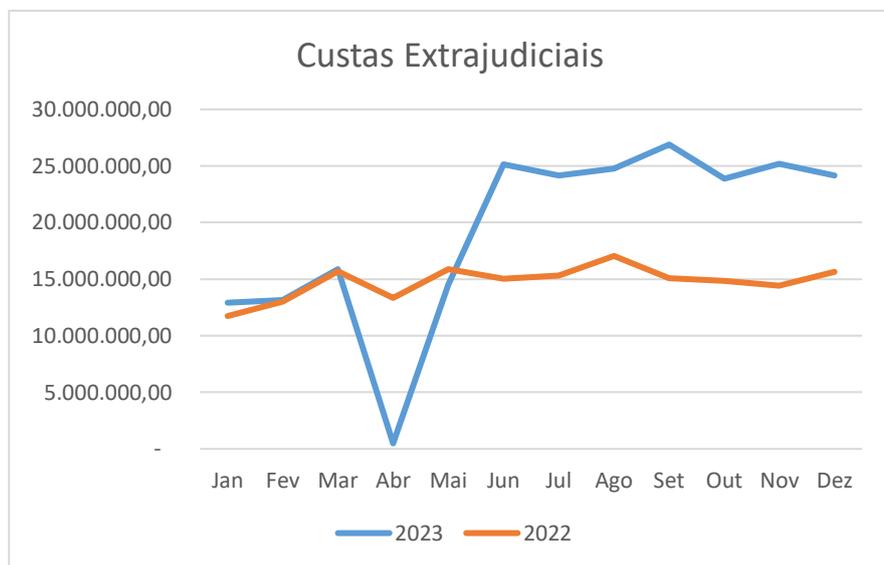


Gráfico 2: Arrecadação Custas Extrajudiciais

O aumento observado a partir do mês de maio/2023 decorre da alteração promovida pela LC Estadual n. 807/2022. Essa lei, além de alterar a matriz de incidência da taxa do FRJ, incorporou a taxa do Selo de Fiscalização.

As custas judiciais, por sua vez, decorrem do pagamento de taxas vinculadas à prática de atos judiciais e sua arrecadação está demonstrada no gráfico 3.

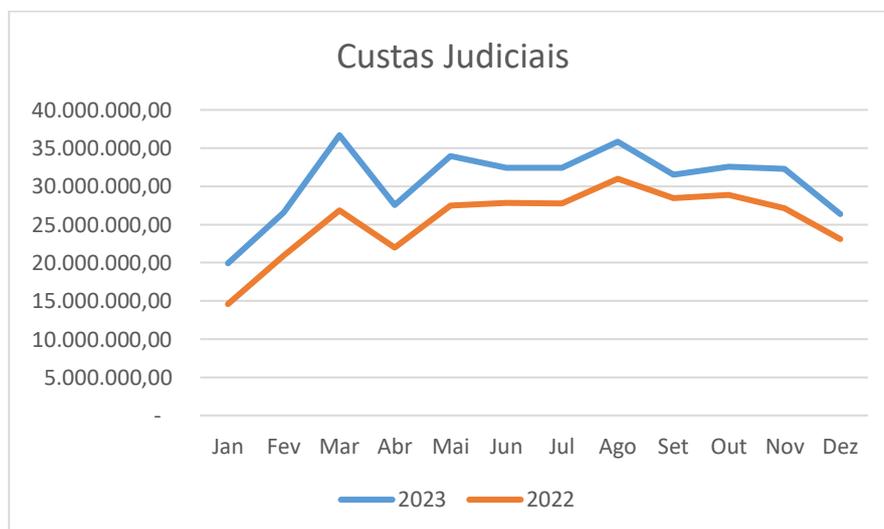


Gráfico 3: Arrecadação de Custas Judiciais

Na existência de serventias vagas, com fulcro na Lei Federal n. 8.935/1994 e na Resolução n. 81/2009, quando ocorre a ausência de titulares de cartórios extrajudiciais, o Poder Judiciário nomeia interinamente oficiais para responderem pelos tais serviços. Nesse caso, o resultado líquido das serventias é revertido ao Poder Judiciário. O quadro 4 demonstra a arrecadação desses valores nos últimos dois anos.

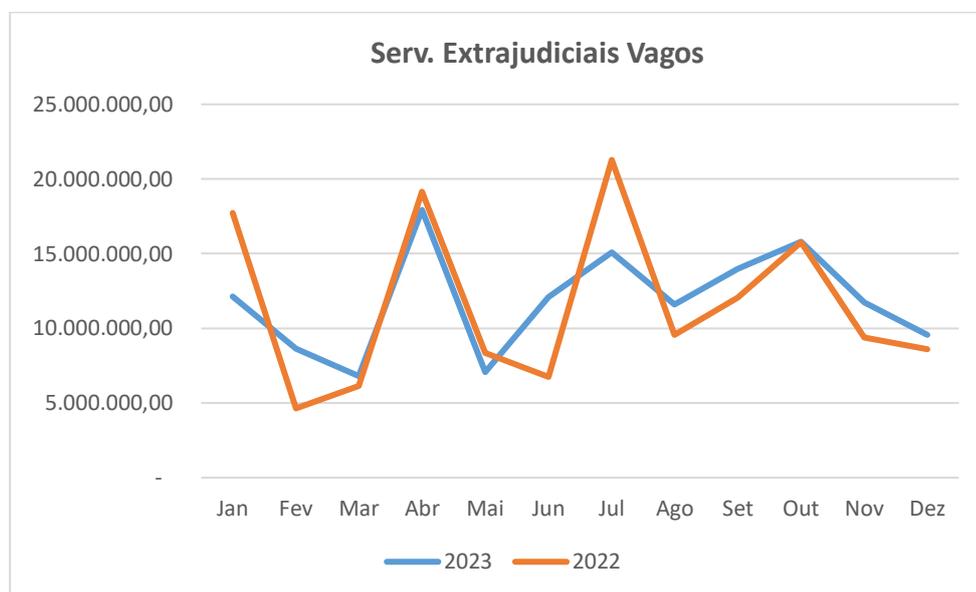


Gráfico 4: Arrecadação de Serviços Extrajudiciais Vagos

A taxa do Selo de Fiscalização foi substituída pela taxa extrajudicial destinada a atos e serviços notariais, que, como se observa no quadro 14, equivale a um percentual de 26,73% da nova taxa do FRJ ou taxa de serviços extrajudiciais. O gráfico 5 evidencia a parcela da arrecadação destinada a custear os atos isentos ou gratuitos e a ajuda de custo, além de gastos com pessoal.

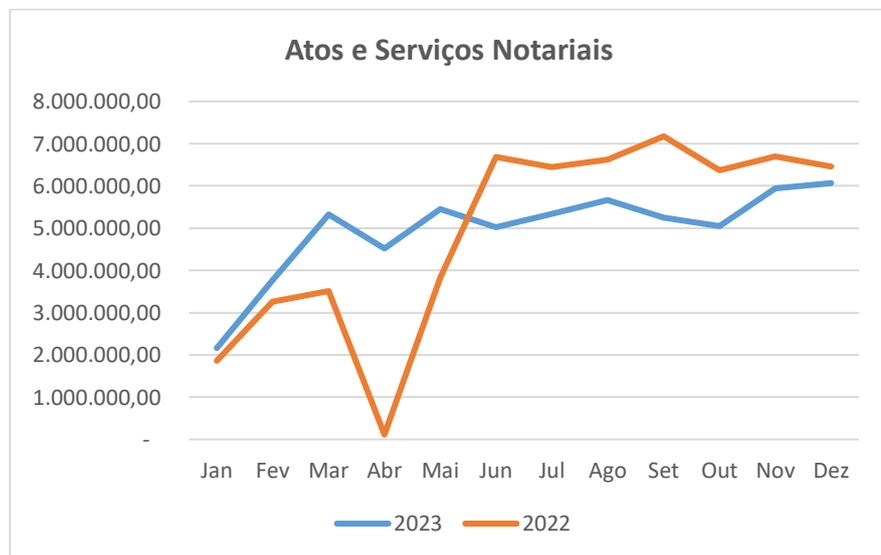


Gráfico 5: Arrecadação de Atos e Serviços Notariais

Os ganhos com incorporação de ativos decorrem da inscrição da dívida ativa tributária e não tributária. A inscrição e arrecadação é realizada através do Sistema de Arrecadação Tributária do Estado de Santa Catarina (SAT). A conta indenizações e restituições se refere à recuperação de despesas de exercícios anteriores e a conta VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, a valores permutativos, os quais correspondem ao provisionamento para repasse da receita ao FERMP e ao FUPESC; ao reconhecimento de receitas diversas e a devoluções da dívida ativa.

3.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) ou despesas patrimoniais têm origem nas contas de classe 3, apresentadas detalhadamente no balancete de verificação.

As VPD, descritas por natureza, estão demonstradas no quadro 17.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Pessoal e Encargos	5.085.213,22	6.951.997,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	340.793.215,15	220.395.381,44
Juros e Encargos de Mora	9.190,73	2.203,06
Transferências Intragovernamentais Concedidas	161.060.176,91	130.449.643,72
Outras Transferências Concedidas	48.825.802,58	30.240.849,06
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	199.531.183,64	40.358.469,29
Despesas Tributárias	14.340.518,63	9.973.992,15
Premiações	-	17.625,00
VPD decorrentes de Fatos Geradores Diversos	231.709.699,04	188.318.106,34
TOTAL	1.001.354.999,90	626.708.267,42

Quadro 17: Variações Patrimoniais Diminutivas

O gráfico 6 apresenta as VPDs por natureza do gasto.



Gráfico 7: Especificação das VPD

As variações patrimoniais diminutivas aumentaram 60% em relação ao exercício anterior. Na conta desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos foram registrados ajustes para perdas de dívida ativa tributária e não tributária. As VPD com uso de bens, serviços e consumo são as mais expressivas, representando 34% do total, e sofreram um acréscimo de 55%, atingindo aproximadamente 341 mil reais.

As transferências intragovernamentais consistem em repasses de recursos orçamentários entre unidades do orçamento público do Estado. O quadro 18 apresenta o detalhamento dessas transferências.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Repasso de Emolumentos e Custas Judiciais Fundo Reap. Judiciário	58.408.469,05	52.784.793,70
Repasso de Emolumentos e Custas Judiciais Fundo Reap. Judiciário	83.263.796,49	65.975.206,45
Repasso Concedido - DC/NC - Rec. Próprios	8.746.455,67	7.646.479,85
Arrecadação Financeira - SAT	2.267.323,88	2.559.431,13
Movimento de Fundos a Créditos - Próprios	8.202.830,94	99.856,43
Correspondência de Créditos - Repasses/OB Extra	171.300,88	1.383.876,16
TOTAL	161.060.176,91	130.449.643,72

Quadro 18: Transferências Intragovernamentais

As demais variações juntas tiveram um incremento de aproximadamente 254 mil reais, sendo que, as VPD Diversas, segunda maior variação, respondem por 23% do total e estão detalhadas no quadro 19.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
VPD Reconhecimento de Passivo - Participação Receitas do Estado	143.155.909,20	129.473.708,88
Baixa de dívida ativa pelo recebimento	323.353,19	455.179,25
Auxílio financeiro às serventias extrajudiciais	5.281.449,05	6.466.865,52
Ressarcimento de atos isentos a cartórios privados	59.370.268,72	47.832.268,93
Indenizações a cartórios extrajudiciais - Interinidade	-	3.007.975,32
Devolução de multas contratuais/Inden. diversas	23.567.310,30	245.663,29
Honorários da Assistência Judiciária Gratuita à SEF/SC	-	309.186,31
Restituição por Assistência Médica e Odontológica	11.408,58	94.908,33
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	432.350,51
TOTAL	231.709.699,04	188.318.106,34

Quadro 19: Outras Variações Patrimoniais Diminutivas de Fatos Geradores Diversos

Destaca-se que o auxílio financeiro às serventias extrajudiciais consiste em uma espécie de ajuda de custo para a manutenção de despesas com aluguéis, pessoal e outros gastos operacionais. Além desse desembolso, foram ainda repassados a esses cartórios o total 59,4 milhões de reais para a cobertura dos atos prestados gratuitamente por força de lei.

3.3 BALANÇO FINANCEIRO

Este demonstrativo está fundamentado no art. 103 da Lei 4.320/64, apresentando os ingressos e desembolsos de natureza orçamentária e extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa e equivalentes de caixa do exercício anterior e os que transferem saldos para o exercício seguinte. É composto por um único quadro e sua finalidade principal é evidenciar a totalidade das movimentações financeiras de entrada e saída que impactam o caixa e equivalentes de caixa, possibilitando a apuração do resultado financeiro.

O quadro 20 apresenta este demonstrativo referente aos dois últimos exercícios, de modo que os resultados podem ser confirmados com a conta caixa e equivalentes de caixa apresentadas no Balanço Patrimonial.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
INGRESSOS		
Receita Orçamentária (I)	886.062.120,22	774.418.004,82
Ordinária	36.175.484,90	154.354.382,67
Vinculada	849.886.635,32	620.063.622,15
Outras Vinculações de Recursos	849.886.635,32	620.063.622,15
Transferências Financeiras Recebidas (II)	29.726.963,77	4.043.163,72
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	19.087.817,40	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	10.639.146,37	4.043.163,72
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.008.912.965,46	859.411.836,50
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	68.584.125,25	41.336.140,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	940.328.840,21	818.075.696,20
Saldo do Exercício Anterior (IV)	858.892.108,83	547.292.130,46
Caixa e Equivalente de Caixa	858.892.108,83	547.292.130,46
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	2.783.594.158,28	2.185.165.135,50
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (VI)	587.185.589,02	378.608.788,98
Ordinária	47.194.991,81	54.822.244,59
Vinculada	539.990.597,21	323.786.544,39
Outras Vinculações de Recursos	539.990.597,21	323.786.544,39
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	161.057.867,58	130.449.643,72
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	150.418.721,21	126.406.480,00
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	10.639.146,37	4.043.163,72
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	963.966.496,77	817.214.593,97
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	28.317.095,07	10.031.719,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	935.649.401,70	807.182.874,62
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.071.384.204,91	858.892.108,83
Caixa e Equivalente de Caixa	1.071.384.204,91	858.892.108,83
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	2.783.594.158,28	2.185.165.135,50

Quadro 20: Balanço Financeiro

3.3.1 Ingressos

As receitas ordinárias são classificadas como não vinculadas, ou seja, são livres da alocação entre a origem e a aplicação dos recursos, podendo atender quaisquer finalidades, conforme se apresenta no quadro 21.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	SALDO
1911.01.0.3.96 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	2.733,30
1911.08.0.1.03 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	34.166,80
1911.09.0.1.02 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	2.083.683,22
1922.06.3.1.30 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	1.205,58
1922.06.3.3.30 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	71.043,91
1922.06.3.4.30 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	46.742,64
1931.05.0.1.03 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	173.968,06
1999.99.2.1.99 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	28.685.703,23
1999.99.2.3.99 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	312.140,41
1999.99.2.4.99 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	197.447,65
7923.99.0.1.73 1.501.269.000	Outros Recursos Não Vinculados	4.566.650,10
TOTAL		36.175.484,90

Quadro 21: Receitas Orçamentárias Ordinárias

No exercício anterior, as receitas de aplicações financeiras estavam classificadas como ordinárias. Porém, com as alterações das fontes de recursos implementadas em 2023, passaram a ser classificadas como receitas vinculadas, conforme se demonstra no quadro 22.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	SALDO
1121.01.0.1.12 1.760.212.000	Selos de Fiscalização de Atos Notariais e Registros	8.677.139,64
1122.01.0.1.14 1.753.219.015	Recursos de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	121.393.490,25
1122.50.0.1.01 1.760.219.025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	364.895.064,00
1122.50.0.3.01 1.760.219.025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	654.536,91
1122.50.0.4.01 1.760.219.025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	488.849,83
1122.51.0.1.01 1.760.219.025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	40.987.851,01
1122.51.0.1.04 1.760.219.025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	138.824.753,85
1122.51.0.1.05 1.760.212.000	Selos de Fiscalização de Atos Notariais e Registros	50.398.591,21
1122.51.0.3.01 1.760.219.025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	29.872,05
1122.51.0.4.01 1.760.219.025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	38.232,46
1321.01.0.1.57 1.760.282.062	Recursos de Emolumentos - Remuneração de Disp. Bancária	123.190.051,89
1321.01.0.1.60 1.760.282.063	Remuneração de Disp. Bancária - Judiciário - Selo de Fiscalização	289.090,18
1911.01.0.3.07 1.759.269.000	Recursos Vinculados a Fundo - Outros recursos	13.414,95
1911.01.0.4.07 1.759.269.000	Recursos Vinculados a Fundo - Outros recursos	2.922,21
1911.09.0.3.02 1.799.269.000	Outras vinculações Legais - Outros Recursos	1.155,54
1911.09.0.4.02 1.799.269.000	Outras vinculações Legais - Outros Recursos	553,97
1922.06.3.1.35 1.760.212.000	Selos de Fiscalização de Atos Notariais e Registros	1.065,37
TOTAL		849.886.635,32

Quadro 22: Receitas Orçamentárias Vinculadas

As Transferências Recebidas para Execução Orçamentária decorrem de repasses oriundos do Tesouro do Estado (R\$ 19.085.508,07) para custear honorários do sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), e o restante (R\$ 2.365,81), refere-se a restituição de despesas.

As Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária se referem a atos permutativos, não representando efetivo desembolso. Os depósitos restituíveis e valores vinculados incluem, sobretudo, o registro temporário da arrecadação das receitas tributárias, das conduções do oficialato da justiça e reversão de ajustes para perdas da dívida ativa.

3.3.2 Dispêndios

As despesas orçamentárias estão totalizadas pelo montante empenhado no exercício, do qual, aproximadamente, 68,6 milhões de reais não foram liquidados, sendo inscritos em restos a pagar, constando também em Recebimentos Extraorçamentários.

O quadro 23 evidencia as transferências concedidas para execução orçamentária.

Órgãos Destinatários	2023	2022
Fundo Especial de Reap. Do Min. Público (FERMP)	84.000.419,83	65.975.206,45
Fundo Penitenciário do Estado de SC (FUPESC)	58.825.071,81	52.784.793,70
Tesouro do Estado de Santa Catarina/PASEP	7.593.229,57	7.646.479,85
Total	150.418.721,21	126.406.480,00

Quadro 23: Transferências Concedidas para Execução Orçamentária

Os pagamentos extraorçamentários se referem à execução de restos a pagar inscritos no exercício anterior e pagos em 2023 e a depósitos restituíveis e valores vinculados, os quais incluem pagamento de retenções tributárias, devolução de recursos de terceiros, transferência de valores arrecadados para as contas de receita orçamentária, inicialmente contabilizados em contas extraorçamentárias, e pagamentos de custas de condução do oficialato.

3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É composto pelos quadros das Receitas Orçamentárias, pelo regime de caixa; Despesas Orçamentárias, pelo regime de competência (liquidação); e Restos a Pagar não Processados.

3.4.1 Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias previstas, atualizadas e arrecadadas estão demonstradas no quadro 24.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	643.345.245,00	643.345.245,00	886.062.120,22	242.716.875,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	546.583.613,00	546.583.613,00	726.388.381,21	179.804.768,21
RECEITA PATRIMONIAL	63.376.418,00	63.376.418,00	123.479.142,07	60.102.724,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.385.214,00	33.385.214,00	36.194.596,94	2.809.382,94
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	643.345.245,00	643.345.245,00	886.062.120,22	242.716.875,22
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	643.345.245,00	643.345.245,00	886.062.120,22	242.716.875,22
DEFICIT (VI)			-	
TOTAL (VII) = (V + VI)	643.345.245,00	643.345.245,00	886.062.120,22	242.716.875,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		214.786.197,98	151.402.151,94	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-
Superavit Financeiro		214.786.197,98	151.402.151,94	
Reabertura de Créditos Adicionais			-	-

Quadro 24: Receitas Orçamentárias

A principal receita corrente é a tributária. A receita patrimonial decorre, principalmente, da remuneração de aplicações financeiras e outras receitas correntes são oriundas da arrecadação de multas contratuais e outros valores administrativos.

Observa-se que a receita orçamentária arrecadada foi superior à prevista em 38%. No exercício anterior, o excedente foi de 41%. Enquanto as receitas tributárias superaram as previstas em 33%, a arrecadação da receita patrimonial superou a previsão em 95% e outras receitas correntes, em 8%.

3.4.2 Despesas Orçamentárias

O Balanço orçamentário apresenta o quadro das despesas orçamentárias individualizadas em correntes e de capital, conforme se demonstra no quadro 25.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas correntes	378.840.381,00	606.009.876,48	490.662.582,77	440.835.453,87	440.835.453,87	115.347.293,71
Pessoal/enc. sociais	6.537.099,00	594.228,77	594.228,77	594.228,77	594.228,77	-
Out. desp. Correntes	372.303.282,00	605.415.647,71	490.068.354,00	440.241.225,10	440.241.225,10	115.347.293,71
Desp. de capital	132.685.135,00	137.444.315,98	96.523.006,25	77.766.009,90	77.766.009,90	40.921.309,73
Investimentos	132.685.135,00	137.444.315,98	96.523.006,25	77.766.009,90	77.766.009,90	40.921.309,73
Inv. Financeiras	-	-	-	-	-	-
Despesas Totais	511.525.516,00	743.454.192,46	587.185.589,02	518.601.463,77	518.601.463,77	156.268.603,44
Superávit	-	-	298.876.531,20	-	-	-
TOTAL	511.525.516,00	743.454.192,46	886.062.120,22	518.601.463,77	518.601.463,77	156.268.603,44

Quadro 25: Despesas Orçamentárias

A dotação inicial foi atualizada em 45%, com créditos suplementares. Não ocorreram créditos especiais ou extraordinários. Os créditos não utilizados totalizaram 156 milhões de reais, equivalentes a 20% da dotação atualizada. A despesa empenhada foi superior à liquidada em 13%, restando 68,6 milhões, inscritos em restos a pagar não processados, cujo saldo não liquidado até 31 de março de 2024 será cancelado.

A Execução orçamentária evidencia a movimentação dos créditos orçamentários e adicionais do período, possibilitando acompanhamento e controle das despesas, em valores e em percentuais, por grupo de natureza da despesa.

O quadro 26 apresenta a execução orçamentária das despesas até Dezembro/2023.

Grupo de Natureza	Dotação Atual	Empenhado	Perc.	Liquidado	Pago	Perc.
1 Pessoal e Encargos Sociais	594.228,77	594.228,77	100%	594.228,77	594.228,77	100%
3 Outras Despesas Correntes	605.415.647,71	490.068.354,00	81%	440.241.225,10	440.241.225,10	100%
4 Despesas de Capital	137.444.315,98	96.523.006,25	70%	77.766.009,90	77.766.009,90	100%
Total	743.454.192,46	587.185.589,02	79%	518.601.463,77	518.601.463,77	100%

Quadro 26: Demonstrativo da Execução das Despesas Orçamentárias

A execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) está demonstrada no quadro 27. Verificou-se que, do total de RPNP, 68,5% foram liquidados e pagos e o restante (31,5%), cancelado. Referente às despesas correntes, foram cancelados 30%, enquanto das despesas de capital, 36%. Destaca-se que, esses recursos somente poderão ser utilizados no orçamento de 2024.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO A PAGAR
	Em Ex. Anteriores	Em 31/Dez/2022				
Despesas Correntes	-	32.214.281,56	22.448.611,74	22.448.611,74	9.765.669,82	-
Pessoal/Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Outras Desp. Correntes	-	32.214.281,56	22.448.611,74	22.448.611,74	9.765.669,82	-
Despesas de Capital	-	9.121.858,74	5.868.483,33	5.868.483,33	3.253.375,41	-
Investimentos	-	9.121.858,74	5.868.483,33	5.868.483,33	3.253.375,41	-
TOTAL	-	41.336.140,30	28.317.095,07	28.317.095,07	13.019.045,23	-

Quadro 27: Demonstrativo de Restos a Pagar Não Processados

No quadro 28, demonstra-se o resultado orçamentário do exercício, onde são consideradas as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

RECEITAS			DESPESAS		
Descrição	Valor	%	Descrição	Valor	%
Receitas Correntes	886.062.120,22	100%	Despesas Correntes	490.662.582,77	55%
Impostos, Taxas e Cont. Melhoria	726.388.381,21	82%	Pessoal e Encargos Sociais	594.228,77	0%
Receita Patrimonial	123.479.142,07	14%	Outras Despesas Correntes	490.068.354,00	55%
Outras Receitas Correntes	36.194.596,94	4%	Despesas de Capital	96.523.006,25	11%
			Investimentos	96.523.006,25	11%
Subtotal	886.062.120,22	100%	Subtotal	587.185.589,02	66%
Déficit	-	0%	Superávit	298.876.531,20	34%
Total	886.062.120,22	100%	Total	886.062.120,22	100%

Quadro 28: Resultado orçamentário

Verifica-se que o resultado é superavitário, correspondendo a 34% do total. As receitas tributárias, provenientes das taxas de serviços judiciais e extrajudiciais, respondem por 82% da arrecadação e as despesas mais relevantes são as outras despesas correntes, equivalentes a 55% das despesas totais.

3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Essa demonstração é composta pelos quadros principal (quadro 29), de transferências recebidas e concedidas (quadro 30), desembolsos de pessoal e demais despesas por função (quadro 31) e de juros e encargos da dívida.

Apresenta os fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, decorrentes das entradas e saídas de caixa relacionadas à execução orçamentária do próprio órgão e as movimentações relacionadas a transferências intraorçamentárias, resultando na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa consistem nas entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa, incluindo o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa. Caixa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, enquanto equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que não oferecem riscos.

O quadro principal da Demonstração dos Fluxos de Caixa está evidenciado no quadro 29.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	915.789.083,99	778.461.168,54
Receita Tributária	726.388.381,21	539.375.518,46
Remuneração das Disponibilidades	123.479.142,07	80.686.027,55
Outras Receitas Derivadas e Originárias	36.194.596,94	154.356.458,81
Outros ingressos operacionais	29.726.963,77	4.043.163,72
Desembolsos	624.341.821,97	439.129.528,99
Pessoal e demais despesas	463.048.059,57	308.370.698,96
Transferências concedidas - Intragovernamentais	235.894,82	309.186,31
Outros desembolsos operacionais	161.057.867,58	130.449.643,72
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	291.447.262,02	339.331.639,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Desembolsos	83.634.493,23	38.624.482,76
Aquisição de ativo não circulante	78.266.436,74	33.839.964,34
Outros desembolsos de investimentos	5.368.056,49	4.784.518,42
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	- 83.634.493,23	- 38.624.482,76
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	207.812.768,79	300.707.156,79
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	815.055.408,66	514.348.251,87
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.022.868.177,45	815.055.408,66

Quadro 29: Demonstração dos Fluxos de Caixa

Verifica-se na DFC que o ingresso de recursos foi superior ao desembolso, resultando em uma geração líquida de caixa de 207,8 milhões de reais. No exercício anterior, essa geração atingiu 300,7 milhões de reais. Ao se analisar os fluxos das atividades operacionais, observa-se um acréscimo de 17,6% nos ingressos, enquanto o incremento nos desembolsos foi de 42%. O desembolso das atividades de investimento também se elevou em 116,5%. Portanto, o aumento

dos desembolsos em relação ao aumento dos ingressos resultou em queda significativa da capacidade de geração líquida de caixa e equivalentes de caixa. No exercício anterior, o incremento no caixa foi de 58,5% e, em 2023, de 25,5%. Contudo, por se tratar de recursos públicos, que devem ser utilizados de forma a gerar benefícios à sociedade, observa-se que o montante líquido em caixa e equivalentes de caixa supera um bilhão de reais.

O quadro 30 demonstra somente as transferências concedidas, haja vista que a DFC apresenta saldo zero para as transferências recebidas.

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2023	2022
Intragovernamentais	235.894,82	309.186,31
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	235.894,82	309.186,31

Quadro 30: Demonstrativo das transferências recebidas e concedidas

No quadro 31 estão especificadas as despesas de pessoal e demais despesas, individualizadas por função.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Judiciária	380.028.993,04	251.860.567,79
Essencial à Justiça	83.019.066,53	56.510.131,17
Total dos Desembolsos por Função	463.048.059,57	308.370.698,96

Quadro 31: Demonstrativo de Desembolsos de Pessoal e demais Despesas por Função

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa e a conciliação dos valores da Demonstração dos Fluxos de Caixa com os respectivos itens do balanço patrimonial estão demonstrados no quadro 32.

Domicílio Bancário	Fonte Recursos	BP	DFC	REC. TERCEIROS
001 035823 0000350001	1.500.100.000	158.804,68	158.804,68	-
001 035823 0000350001	1.501.101.000	2.309,33	2.309,33	-
001 035823 0000350001	1.501.269.000	7.957.541,24	7.957.541,24	-
001 035823 0000350001	1.753.219.015	113.801.403,71	113.801.403,71	-
001 035823 0000350001	1.759.269.000	2.425.693,39	2.425.693,39	-
001 035823 0000350001	1.760.212.000	3.447.443,22	3.447.443,22	-
001 035823 0000360007	1.760.212.000	-	-	-
001 035823 0000350001	1.760.219.025	190.324.626,97	190.324.626,97	-
001 035823 0000350001	1.760.219.085	-	-	-
001 035823 0000350001	1.760.282.062	78.826.098,82	78.826.098,82	-
001 035823 0000350001	1.760.282.063	7,85	7,85	-
001 035823 0000360007	1.760.282.063	-	-	-
001 035823 0000350001	1.799.269.000	1.709,51	1.709,51	-
001 035823 0000350001	2.759.269.000	130.618.435,27	130.618.435,27	-
001 035823 0000350001	2.760.219.025	239.948.340,65	239.948.340,65	-
001 035823 0000350001	2.760.219.085	23.858.733,57	23.858.733,57	-
001 035823 0000350001	2.760.219.085	-	-	-
001 035823 0000350001	2.760.219.097	135.284.957,05	135.284.957,05	-
001 035823 0000350001	2.760.282.062	96.212.072,19	96.212.072,19	-
001 035823 0000350001	1.869.999.000	15.973,45	-	15.973,45
001 035823 0000350001	1.862.999.000	3.932.389,84	-	3.932.389,84
001 035823 0000780006	1.862.999.000	44.567.664,17	-	44.567.664,17
Total		1.071.384.204,91	1.022.868.177,45	48.516.027,46

Quadro 32: Demonstrativo de Conciliação dos Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa é composta por depósitos de recursos próprios e temporários de terceiros que serão convertidos em receita, realizados na conta corrente 35000-1, e depósitos para o pagamento de conduções do oficialato da justiça, na conta 78000-6, do Banco do Brasil.

Os valores da conta caixa e equivalentes de caixa são aplicados no mercado financeiro, conforme se evidencia no quadro 33.

Conta	Fundo RF CP Diferenciado	Fundo DI TP FI	Recursos em Trânsito	Total
001 035823 0000350001	2.150.933,34	1.024.660.954,25	4.653,15	1.026.816.540,74
001 035823 0000780006	44.567.664,17	-	-	44.567.664,17
Total	46.718.597,51	1.024.660.954,25	4.653,15	1.071.384.204,91

Quadro 33: Demonstrativo de Investimentos dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo investido no Fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Diferenciado Fic Fi era 46,7 milhões de reais. Esse fundo é destinado a investidores governamentais e entes de cooperação das administrações federais, estaduais ou municipais, diretas ou indiretas. O investimento inicial mínimo é de 300 mil reais e o investimento adicional mínimo, 10 mil reais. A taxa de administração é 0,50% do patrimônio líquido. A carteira é composta por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais (84% do PL), títulos públicos federais (13% do PL) e outras aplicações (2% do PL). A BB DTVM classifica os fundos numa escala de 1 a 5, de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento. Nessa escala, a classificação de risco desse fundo é 1,0, não existindo garantia de rentabilidade. Em 2023, a rentabilidade líquida de despesas, mas, não de impostos, foi 12,29%. O fundo é supervisionado e fiscalizado pela CVM.

No fundo BB RF Referenciado DI Títulos Públicos FI LP, o saldo em 31 de dezembro de 2023 era de aproximadamente 1,025 bilhão de reais. Esse fundo é destinado a investidores que acompanham a tendência da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI no longo prazo. Somente são aceitas aplicações de clientes pessoas físicas do segmento Private; pessoas jurídicas; de fundos de investimento; de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento e carteiras administradas. O investimento inicial mínimo é de 10 milhões de reais e o valor mínimo para permanência, um milhão de reais. A taxa de administração é 0,10% do patrimônio líquido. A carteira é composta por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais (45% do PL) e títulos públicos federais (55% do PL). A classificação de risco desse fundo também é 1,0, não existindo garantia de rentabilidade. Em 2023, a rentabilidade líquida de despesas, mas, não de impostos, foi 12,9838%. O fundo é supervisionado e fiscalizado pela CVM.

4 PRÁTICAS DE CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONTÁBIL

A conformidade contábil e de gestão é realizada diariamente, sendo parte integrante das atividades sob a responsabilidade das equipes da Divisão de Contabilidade, vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF). Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Conformidade da Documentação Comprobatória da Despesa: a conformidade dos documentos comprobatórios das despesas, como, empenhos, notas fiscais, retenções tributárias e outros documentos inerentes, é realizada pela Divisão de Contabilidade através das Seções de Liquidação de Despesas e Seção de Retenções Tributárias. Essas verificações fazem parte da rotina diária das seções e a despesa só é liquidada e encaminhada para pagamento após a regularidade da documentação. Tratam-se de procedimentos não formalizados no sistema SIGEF, tendo em vista que o Tribunal de Justiça segue metodologia diferenciada da utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- Obrigações Acessórias: todas as obrigações acessórias das unidades gestoras FRJ e TJSC foram cumpridas integralmente, utilizando o CNPJ 83.845.701/0001-59, tanto as municipais quanto as federais, conforme demonstram os documentos inseridos no PA SEI 58.2023.8.0710. Foram apresentadas mensalmente declarações fiscais de retenção e substituição de ISSQN a 113 municípios do Estado de Santa Catarina. A EFD-REINF, o E-Social e a DCTFWEB foram mensalmente, a partir da exigência legal, enquanto a DCTF sem movimento e a DIRF, anualmente, exceto os arquivos de retificação, enviados conforme a necessidade.
- PASEP: as obrigações decorrentes do pagamento do Pasep são realizadas pelo Poder Executivo. Os valores do Pasep sob a responsabilidade do TJSC foram encaminhados ao Tesouro do Estado, por descentralização financeira, tendo em vista que o recolhimento ocorre de forma centralizada;
- Conciliação Bancária: a conciliação bancária foi realizada pela Divisão de Tesouraria, vinculada à DOF. Verificou-se que todos os registros de saída e entrada de valores financeiros foram devidamente conciliados, não havendo diferenças de saldos entre os registros apresentados pela contabilidade e os constantes nos extratos bancários.

5 REGULARIDADE DE INVENTÁRIO

Os materiais e bens do poder judiciário são administrados pela Diretoria de Material e Patrimônio (DMP). A mesma diretoria é responsável por realizar anualmente o inventário dos materiais em almoxarifado e bens em estoque e patrimoniais.

No entanto, como todos os materiais e bens adquiridos durante o exercício foram transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça. Desse modo, dada a inexistência de bens a serem inventariados, não foram apresentadas declarações de regularidade de inventário.

Ellen White Baiense Concenço

Contadora do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

CRC/SC 021875